

**XXVI Encontro Anual da ANPOCS**  
**GT11 - O desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira**  
**Caxambu, outubro de 2002**

**O fantasma da internacionalização da Amazônia revisitado**  
**Ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e**  
**políticos brasileiros**

**Andréa Zhouri**  
**Departamento de Sociologia e Antropologia**  
**Fafich-UFMG**  
**Av. Antonio Carlos, 6627**  
**Pampulha - Belo Horizonte - MG**  
**Cep. 31.270-901**  
**Tel. (31)34995032**  
**Fax(31)34995010**  
**Email. azhouri@fafich.ufmg.br**

# O fantasma da internacionalização da Amazônia revisitado

## Ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros

*"Eles (os militares) têm medo de perder o Brasil. O Brasil não vai sair daqui não. O Brasil vai ficar sempre aqui, por muito tempo ainda..."(David Yanomami, Folha de São Paulo, 30-08-93)*

*"Não tem inteligência nenhuma, são como animais que nascem e se reproduzem. O índio não anda nú porque quer, mas porque não tem roupa. Se ganhar um facão bom, abandona a flecha". (General Euclides Figueiredo. Folha de São Paulo, 21/08/93 apud ISA, Povos Indígenas no Brasil 1991-1996).*

*" But for two-thirds of the people on earth, this positive meaning of the word 'development' - profoundly rooted after two centuries of its social construction - is a reminder of what they are not. It is a reminder of an undesirable, undignified condition. To escape from it, they need to be enslaved to others' experiences and dreams." (Esteva 1992, 10)<sup>1</sup>*

**Resumo:** Os temores sobre uma possível ‘conspiração internacional para ocupar a Amazônia’ já fazem parte da história do Brasil, permeando as abordagens geopolíticas para a região norte do país, sendo sempre revigorados diante de tendências políticas e acontecimentos globais de cada época. Neste sentido, com a emergência das preocupações ambientais nos anos 70, o fim da Guerra Fria e a redemocratização do país nos anos 80, bem como a intensificação dos efeitos da transnacionalização da economia nos anos 90, o fantasma da internacionalização da Amazônia é reatualizado por novos significados. Isso pode ser verificado através dos documentos secretos do exército encontrados em Marabá, no Pará, os quais foram amplamente divulgados pela mídia em 2001. Neles, movimentos sociais e ONGs são classificados como ‘forças adversas’ a serem monitoradas, uma tendência também identificada em outros países da região amazônica, como a Venezuela. Numa perspectiva etnográfica, o texto analisa os discursos dos militares e políticos da Amazônia a partir dos debates que antecederam a realização da UNCED-92 e a demarcação das terras Yanomami em 1991. Ao revelar as formações discursivas que constroem e identificam ambientalistas e defensores dos direitos humanos como os ‘novos subversivos’, o texto ressalta alguns de seus efeitos sociais e políticos, chamando atenção para desdobramentos atuais, como as ‘Operação Pescado’ e ‘Operação Poseidon’, iniciativas do exército que, desde 1998, visam monitoramento das atividades do MST e das ONGs atuantes na Amazônia.

O fantasma da internacionalização da Amazônia ronda o imaginário nacional e nacionalista, encarnando-se, de tempos em tempos, em entidades sociais e políticas que, por efeito de estratégias ideológicas de poder, são esvaziadas e descontextualizadas de duas posições históricas específicas. Assim, a aparição de eventuais mapas escolares nos Estados Unidos, em que a Amazônia surge como território internacional, independente do Brasil, ou

<sup>1</sup> *"Mas, para dois terços das pessoas na terra, este significado positivo da palavra 'desenvolvimento' - profundamente enraizada após dois séculos de sua construção social - é um lembrete daquilo que eles não são. É um lembrete de uma condição indesejável e indigna. Para escapar disto, eles precisam se escravizar nas experiências e sonhos de outros." (Esteva 1992).*

ainda bizarros adesivos ingleses conclamando: *'Salve a Amazônia, mate um brasileiro'*, contribuem para alimentar, ao mesmo tempo em que são alimentados, os temores de uma conspiração internacional e as possíveis estratégias de defesa da soberania nacional.

Em agosto de 2001, a *Folha de São Paulo* publicou uma série de reportagens revelando a existência de uma central de informações do exército brasileiro na cidade de Marabá, no estado do Pará. Durante várias semanas, foram divulgados documentos secretos do exército que revelavam a 'sobrevivência' de práticas de espionagem, consideradas extintas desde o fim do regime militar. Nos documentos, formações organizacionais e institucionais tipicamente constitutivas das sociedades democráticas, tais como movimentos sociais, organizações sindicais, partidos políticos e ONGs, com destaque para o MST, a CUT, o PT e as ONGs ambientalistas, eram classificadas como 'forças adversas', admitindo-se 'arranhar direitos' em seu combate.<sup>2</sup> A espionagem contra o MST, batizada de Operação Pescado, e contra as ONGs, denominada de 'Operação Poseidon', revela um interesse especial pelas organizações com atividades na região amazônica. Além de ambientalistas, aparecem como alvo de monitoramento os padres e as lideranças indígenas, além de juízes e parlamentares, todos com suas 'perigosas e indesejáveis conexões internacionais'.

Apesar do tom surpreendente, a descoberta de práticas autoritárias no seio de um governo considerado social-democrata, em pleno século XXI e na 'era da globalização' – lembrando que o episódio ocorreu antes do ataque afeção aos Estados Unidos, em 11 de setembro – se constitui como novidades conjunturais, ou reminiscências anacrônicas de nossa história política recente. No que tange o segmento social compreendido pelas Forças Armadas, a atitude de suspeita em relação aos ambientalistas remonta à década de 70, sendo particularmente evidenciada durante os preparativos para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a UNCED-92, num contexto mais amplo de pós-Guerra Fria, pós-promulgação da Constituição de 1988 e discussões sobre a 'nova ordem mundial'.

Dez anos após a conferência do Rio, num clima de balanço da 'década perdida do ambiente', que norteia a Rio + 10,<sup>3</sup> é pertinente discutir os elementos discursivos que sustentam a visão que os militares e políticos da Amazônia apresentam sobre desenvolvimento ao antagonizarem-se com ambientalistas, defensores dos direitos indígenas e os próprios índios, enquanto articuladores, defensores e protagonistas de propostas associadas à modelos de sustentabilidade.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Ver sobretudo "Exército espiona sem-terra desde 1998" (*Folha de São Paulo*, 15/08/2001, A8) e "Amazônia é pretexto para espionar ONGs" (*Folha de São Paulo*, 16/08/2001, A6).

<sup>3</sup> *Folha de São Paulo*, 24/08/2002.

## **Nós X Eles: explicitando os componentes e a falácia da bipolaridade**

A Amazônia constitui-se num campo em que espaços e lugares sociais, políticos, históricos e simbólicos são altamente disputados por divergentes grupos em níveis local, regional, nacional e transnacional. Assim, temas como etnicidade, fronteira nacional e soberania recortam preocupações rivais, tais como as divergentes concepções de desenvolvimento, os interesses econômicos particulares e o destino do planeta e da humanidade.

Temores sobre uma possível 'internacionalização da Amazônia', por vezes bastante legítimos (Hecht 1990:138), têm sido parte da história da região, fornecendo suporte para as abordagens geopolíticas destinadas a Amazônia.<sup>5</sup> Contudo, com o surgimento das preocupações ambientais internacionais em meados dos anos 70, o fim da Guerra Fria nos anos 80 e a transnacionalização da economia, a idéia de 'internacionalização' vem sendo revigorada, adquirindo atualmente novas feições. O fantasma de uma 'conspiração internacional' para ocupar a Amazônia foi ritualizado, por exemplo, através dos debates que antecederam a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED-92, ocorrida no Rio de Janeiro. Eles representam um determinado contexto nacional que inspirou uma pesquisa realizada no final dos anos 90 junto a diversos segmentos ligados a Amazônia no Reino Unido, sobretudo as ONGs.<sup>6</sup> Tal contexto é representado, sobretudo, por interesses econômicos e políticos regionais, e uma perspectiva nacionalista reativa às preocupações transnacionais e nacionais sobre a floresta e as populações indígenas. As vozes que questionam a legitimidade das preocupações ambientais e indígenas emergiram de setores das Forças Armadas e de políticos da Amazônia que sustentam uma determinada noção de desenvolvimento. Assim, percebem as críticas ao modelo predatório de desenvolvimento implantado na Amazônia como representando, de fato, os interesses econômicos das nações ricas. Entretanto, ao nomearem ambientalistas e defensores dos direitos humanos e indígenas como alvo de suas preocupações, deslocam o foco da crítica aos interesses transnacionais realmente atuantes na exploração da Amazônia – as indústrias madeireiras, mineradoras, farmacêuticas e o *agribusiness*.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> A abordagem do discurso como uma prática social, histórica e simbolicamente constituída, adotada neste texto, é inspirada pelas análises de Orlandi (1990, 1983); Maingueneau (1989), assim como as de Bourdieu (1996, 1993), no entendimento de que as práticas discursivas são reveladoras do *habitus* de classe.

<sup>5</sup> Para uma perspectiva geopolítica ver Meira Mattos (1980). Para a tese sobre uma 'conspiração internacional' para ocupar a Amazônia, consultar Reis (1968).

<sup>6</sup> *Trees and People. An anthropology of British campaigners for the Amazon Rainforest*. Tese de doutoramento, Departamento de Sociologia, Essex University, 1998. Ver ainda Zhouri (2001).

<sup>7</sup> Como é de conhecimento histórico, durante o período militar, intensificaram-se as políticas de 'desenvolvimento' na região Amazônia baseadas na 'tríplice aliança' entre as corporações domésticas,

Os argumentos de militares e políticos locais, construídos de forma contrastiva aos de ambientalistas e ativistas transnacionais, revelam uma estratégia de criação de estereótipos e simplificação de temas sociais e políticos complexos que envolvem posições sociais conflitantes. Tal estratégia contribui, dentre outros fatores, para deslegitimar as demandas dos povos indígenas, dos ambientalistas e defensores dos direitos humanos na sociedade brasileira. Reduzem, assim, os temas complexos que envolvem o debate sobre sustentabilidade na Amazônia a problemas de *conspiração internacional, segurança nacional e soberania*. Deslocam, dessa forma, a discussão sobre *direitos* para uma discussão sobre *interesses*, através da foco na idéia de conspiração, impedindo, assim, a construção de uma consciência sobre os termos internacionais em que realmente se constrói uma nação devedora como o Brasil.

Em termos geopolíticos, a polêmica é travada na bipolaridade do *nós*, brasileiros, contra *eles*, os 'países desenvolvidos', em que *nós* e *eles* assumem um significado genérico sob a categoria guarda-chuva de estado-nação. Neste processo, há um silenciamento do *nós* como uma sociedade multiétnica e multicultural, ao mesmo tempo em que *eles* também são apresentados como uma categoria oposta e homogênea a englobar, indiscriminadamente, atores sociais diversos, tais como governos, corporações, ambientalistas e defensores dos direitos humanos. Assim, numa lógica distorcida, ambientalistas são tomados como vozes de capitalistas. O fato de governos e interesses econômicos internacionais serem vaga e ambigualmente mencionados, deixa em aberto a possibilidade real de alianças econômicas específicas. Neste contexto, a construção de um 'inimigo externo' cria e justifica um papel para as Forças Armadas, obrigada a redefinir seu lugar político com a instauração do regime democrático nos anos 80, assim como com o final da Guerra Fria no plano internacional.

Nas próximas páginas, analisarei os discursos dos militares e políticos da Amazônia na medida em que aparecem ritualizados nos debates travados na imprensa e em um documento militar produzido antes da Rio-92 e da demarcação das terras Yanomami, em 1991. Em seguida, apresentarei alguns dos efeitos concretos desses discursos, como o episódio do

---

internacionais e do Estado. (Evans 1979). Em resumo, tal política implicava em rápidos e massivos investimentos de capital e trabalho com concessões de terras, empréstimos e créditos, políticas de infraestrutura e colonização, um compromisso com a pecuária e a agricultura, além da 'assimilação' dos grupos indígenas à sociedade dominante. Para uma síntese das diretrizes militares ver Hecht and Cockburn (1990:104-141). Para uma história econômica da Amazônia ver Santos (1980) e Skidmore (1967, 1988) para análise histórica do papel dos militares no Brasil. Quanto as políticas para a Amazônia, consultar Velho (1972), Souza Martins (1984, 1988), Smith (1982), Schimink and Wood (eds) (1984). Desde a democratização do País, os militares têm tido que redefinir seu papel na sociedade brasileira. Uma de suas questões chave continua sendo a defesa das fronteiras na região norte. Uma análise sobre a crise de identidade dos militares no final dos anos 80 e início dos anos 90 *vis-à-vis* a 'Nova Ordem Mundial', é apresentada por Zirker e Martins Filho (1996). Para análise crítica sobre o mito da democracia e da perda de poder político dos militares na contemporaneidade, inclusive apontando o peso orçamentário da pasta militar em comparação com as demais, ver Zaverucha (2001).

massacre de Yanomamis por garimpeiros em 1993, o que também contribuiu para agilizar a aprovação de um projeto militar de monitoramento e vigilância da Amazônia – o Sivam-Sipam.

### **Rio-92: uma 'uma conspiração internacional'**

Às vésperas da UNCED-92, popularmente conhecida como Rio-92, setores das Forças Armadas e ambientalistas trocaram acusações mútuas amplamente divulgadas pela mídia. Naquele contexto, grupos nacionalistas denunciavam uma '*conspiração internacional para ocupar a Amazônia*'. De acordo com esta teoria, a ocupação seria consolidada e oficializada com o consentimento do governo brasileiro durante a Rio-92. Como solução para o problema, sugeriam que a conferência fosse supervisionada por '*gente capaz de defender os interesses nacionais, as Forças Armadas*'.<sup>8</sup> Por sua vez, em resposta aos questionamentos sobre a legitimidade da conferência, ambientalistas responsabilizavam a ditadura militar pela maioria dos problemas da região amazônica, ao promoverem concepções e planos de crescimento econômico a qualquer custo nos anos 70. Assim, mediante mútuas acusações, o significado da conferência e o espaço político que representava para o debate de projetos socioeconômicos, políticos e ambientais – no contexto das relações 'norte' e 'sul', por exemplo – eram deslocados pela idéia de que a soberania nacional estava ameaçada.

A escalada de acusações se intensificou, com os militares acusando os ambientalistas de '*internacionalistas e apátridas*', ou '*inimigos da nação*', enquanto os ambientalistas respondiam acusando os militares de serem, eles mesmos, internacionalistas, ao facilitarem os investimentos econômicos internacionais na Amazônia, em início da década de 70. O ex-Ministro do Exército, Leônidas Pires, chegou mesmo a declarar que sentia pelo então Secretário Nacional de Meio Ambiente, José Lutzenberger, '*o mesmo ódio que sentia pelo líder comunista Luiz Carlos Prestes*'.<sup>9</sup> A comparação entre José Lutzenberger – um ambientalista internacionalmente conhecido, e que teve papel importante ao denunciar os projetos financiados pelo Banco Mundial na Amazônia, no final dos anos 80 – e Luiz Carlos Prestes – histórico líder do partido comunista – é ilustrativo de como os ambientalistas passaram a ocupar, juntando-se aos comunistas, o mesmo lugar simbólico e político de '*inimigos da nação*' no imaginário militar.

---

<sup>8</sup> *Folha de São Paulo*, 08/04/91.

<sup>9</sup> *Folha de São Paulo* 10/12/91. Interessante é que, no dia seguinte, o mesmo jornal publica um artigo de Oscar Niemeyer, arquiteto comunista e modernista, com o título *A Amazônia é nossa*. Seus argumentos defendendo a soberania brasileira na Amazônia aparentemente o aproxima da visão dos militares, mas de fato, revela diferentes significados para as posições nacionalistas.

O mesmo discurso nacionalista empregado pelos militares nos anos 60 para justificar o golpe militar e a geopolítica de ocupação e 'desenvolvimento' da Amazônia é, então, utilizado contra ambientalistas, defensores dos direitos humanos e indígenas, corroborando com a criação de um clima social em que abusos aos direitos humanos e morte em conflitos por terra, estes envolvendo populações indígenas, sem-terra, garimpeiros e colonos, são algumas vezes aceitos ou tolerados, quando não incitados.<sup>10</sup>

Além da imprensa, os argumentos de militares e políticos da região amazônica podem ser lidos ainda num documento produzido com o objetivo de mobilizar a opinião pública sobre a possível conspiração representada pela Rio-92. Nas páginas introdutórias do documento, resultado de um simpósio organizado em outubro de 1991, pela ECEME (Escola do Comando e Estado-Maior do Exército) e o CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos), revela-se a atmosfera geral envolvendo os participantes:

[Nesta obra] reflete-se, com absoluta transparência, o que pensam brasileiros alinhados às mais variadas correntes de pensamento em relação à *Estratégia mais adequada para o desenvolvimento da Amazônia*. Nela denunciam-se, com plena liberdade, *pressões externas e internas polarizadas* na condução dos objetivos a serem alcançados durante a *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Eco-92*, muitos dos quais frontalmente contrários aos interesses brasileiros. Nela, enfim, concentram-se esperanças de motivar a opinião pública para erguer-se na defesa *dos legítimos interesses nacionais*.<sup>11</sup> (grifos pela autora, nesta e nas demais citações)

A teoria geopolítica elaborada nos anos 60 ainda sustenta o discurso dos militares e políticos apresentados no documento.<sup>12</sup> Neste sentido, o 'desenvolvimento da Amazônia' é visto como uma questão de 'Estratégica', com 'e' maiúsculo, o que não inclui atores sociais e políticos fora dos círculos de poder. Este é o caso das comunidades tradicionais e dos povos indígenas, ausentes do rol das '*variadas correntes de pensamento*' a tratar do desenvolvimento da Amazônia. O documento desvia o debate sobre o conceito de 'desenvolvimento sustentável', promovido pela Rio-92, oferecendo ao contrário, uma estratégia de criação de inimigos internos e externos preocupados com o tema do meio ambiente. Nesta ótica, 'meio ambiente' apresenta-se como algo desvinculado do tema 'desenvolvimento', como significativamente revela o equívoco na denominação da conferência: de *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED)*, para *Conferência das Nações Unidas sobre*

<sup>10</sup> Dentre os rotineiros episódios de violência na Amazônia, vale lembrar o massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, em abril de 1996, durante uma manifestação de sem-terras. Dezenove pessoas foram mortas e quarenta se feriram no confronto com policiais. O episódio teve grande repercussão nacional e internacional (ver por exemplo, *Time*, May 6, 1996).

<sup>11</sup> CEBRES e ECEME (1991), *A Amazônia Brasileira*, Cadernos de Estudos Estratégicos, Simpósio CEBRES-ECEME, n.1, Outubro de 1991.

<sup>12</sup> Para as formulações geopolíticas ver Couto e Silva (1967), Meira Mattos (1980).

*meio ambiente (Eco-92)*. Desta forma, fica estabelecida uma oposição entre economia e meio ambiente que também remete à oposição entre *nós* (brasileiros) e *eles* (os países desenvolvidos, inimigos do 'desenvolvimento brasileiro'). Como destaca Gilberto Mestrinho, governador do estado do Amazonas à época:

Há, então, uma indústria de mistificação fazendo crer que *nós* não podemos derrubar as árvores porque o ecossistema, a simbiose, a delicadeza do ecossistema amazônico...mas por que espalhar esses mitos e por que essa preocupação quase nervosa em relação a AMAZÔNIA?...E o satélite passou por cima da AMAZÔNIA e verificou que nela se situa *a maior província mineral do mundo*...Então, imediatamente, ainda na segunda metade da década de 60 e fortemente na de 70, o Brasil foi invadido por uma campanha de preservação da AMAZÔNIA, intocabilidade da AMAZÔNIA. E eu me lembro bem que surgiram várias associações e ligas de defesa da AMAZÔNIA, por gente que não sabia nem onde ficava a AMAZÔNIA. *Mas esse trabalho foi feito e se criou quase que uma psicose nacional que ninguém poderia mexer na AMAZÔNIA. Exatamente por que? Porque a riqueza mineral da AMAZÔNIA é concorrente com os investimentos que os países desenvolvidos têm em outras partes do mundo.* Quando se explora uma mina de qualquer produto na AMAZÔNIA, suponhamos estanho, as minas da Malásia fecham...Porque as atividades lá já têm uma idade, as minas já estão com certa exaustão.<sup>13</sup>

O uso de categorias englobantes nacionais, tais como as oposições binárias *nós* (brasileiros) e *eles* (os 'países desenvolvidos') - simbolizados algumas vezes pelos EUA, e em outras vezes por 'eles, os Alemães', ou 'eles, os britânicos'<sup>14</sup> - produz um efeito de homogeneização generalizante que apaga qualquer elemento possível de diversidade global, assim como os diferentes e opostos segmentos co-existentes no interior de um mesmo Estado-nação. A categoria *nós*, brasileiros, referente àqueles que se beneficiariam com a exploração dos recursos naturais, subsume, de fato, a situação de exclusão de povos indígenas e tradicionais, colonos e camponeses, do processo de circulação e distribuição de riqueza e poder. Por outro lado, a categoria *eles*, os estrangeiros, não aborda os reais interesses econômicos internacionais ou transnacionais na região, ou mesmo os processos através dos quais 'nações desenvolvidas' realmente produzem um enorme país devedor como o Brasil. Assim, num processo simbiótico, agências financeiras multilaterais, governos e corporações dos países 'desenvolvidos' são todos mesclados e indiscriminadamente abrigados sob a categoria 'ameaçadora' e indeterminada de ambientalistas. Questões ambientais são vistas como falsas preocupações a esconder os interesses econômicos e desviar o debate sobre o 'desenvolvimento da Amazônia'.

---

<sup>13</sup>CEBRES e ECEME (1991:79-80)

<sup>14</sup>Consultar também Mestrinho (1994).

Além disso, a idéia de *intocabilidade* da floresta, resgatada de perspectivas conservacionistas radicais, é expandida a fim de englobar, indiferentemente, todas as preocupações ambientalistas. Não há, por exemplo, questionamentos sobre as razões que levaram ao esgotamento dos recursos naturais de outros países, como a referência feita às minas da Malásia - impossibilitando, portanto, uma reflexão sobre os modelos alternativos de desenvolvimento, ou os usos sustentáveis da floresta, tal como proposto para discussão na Rio-92.

Enquanto ambientalistas e defensores dos direitos humanos em nível internacional, são percebidos como representantes dos interesses econômicos de outras nações, os mesmos atores em nível nacional são rotulados de subversivos - e ressemantizados atualmente como 'forças adversas', tal como nos documentos da Operação Poseidon, encontrados recentemente no Pará - quando não vistos como ativistas emocionais, românticos e ingênuos. Em qualquer caso, no entanto, são percebidos como aliados de interesses estrangeiros, ou classificados como estrangeiros, eles próprios, relativamente à região amazônica. Como destaca o senador Aluisio Bezerra:

...o fato é que quando se trata da AMAZÔNIA não se deve ser ingênuo em não se ver a cobiça que existe sobre ela: Não podemos pensar ingenuamente, como o Sr Lutzenberger.

É praticamente a maior província mineral do Planeta, com 90% de seus 5 milhões de Km<sup>2</sup>, na forma de sistemas ecológicos intocados. Ou seja, é um gigantesco banco genético, desejado pelos países que podem usufruir desse banco para continuarem monopolizando a Biotecnologia, além de minerais estratégicos como o nióbio e o urânio.

Em favor da AMAZÔNIA é que a defesa nacional precisa apoiar-se numa estrutura militar regional mais bem estruturada (sic), com meios...

Por outro lado, sabemos que, antes de qualquer outra consideração, a questão da defesa nacional é a defesa do homem brasileiro.

Temos que discutir a modernização da defesa da nossa fronteira Norte, e quando falo de nossa fronteira Norte e não falo como os ecologistas que falam nos bares daqui de Ipanema, Leblon, ou qualquer outro em São Paulo.<sup>15</sup>

Apesar da importância do tema dos recursos naturais no contexto da economia transnacional,<sup>16</sup> os ataques aos ambientalistas e a defesa da ocupação militar da Amazônia desviam o foco das legítimas preocupações políticas e econômicas, sobretudo, a questão da

---

<sup>15</sup> CEBRES e ECEME (1991:130-131).

<sup>16</sup> Para o tema da segurança ambiental no contexto internacional ver Sands (1995), Vavrousek (1995), Werksman (1995) e Pearce (1995). Em relação a Amazônia, consultar Brigagão (1995).

política de transferência de biotecnologia e a exploração do banco genético nas relações 'norte' e 'sul', tema proposto pela Rio-92.<sup>17</sup>

A referência aos ecologistas que falariam sobre a Amazônia a partir de 'bares da moda', no Rio de Janeiro, revela e alimenta regionalismos com o efeito de desautorizar qualquer perspectiva crítica, mesmo de outras regiões brasileiras.<sup>18</sup> Esta imagem evoca a idéia de uma classe média jovem e descomprometida - urbana, alienada e imatura - falando intelectual ou frivolamente sobre 'ecologia', algo considerado menos importante.<sup>19</sup> Ipanema e Leblon são bairros que sustentam referências simbólicas muito fortes no imaginário brasileiro, acionando significados ambíguos: de um lado, um *topos* de modernidade, enquanto moda, entre os anos 60 e 70, o que associa preocupações ecologistas com frugalidade, ao mesmo tempo em que carregam também sentidos políticos como *locus* de uma intelectualidade poética e de esquerda durante os anos de ditadura. Tais imagens mais uma vez colocam os ambientalistas dos anos 90 no mesmo espaço simbólico e político ocupado por movimentos de resistência ao regime militar nas décadas de 60 e 70, quando foram rotulados de 'subversivos' e 'inimigos da nação'.

A classificação de ambientalistas e defensores dos direitos humanos como subversivos por militares não é um fenômeno peculiar ao contexto brasileiro. Jonathan Hill (1994) identifica a mesma tendência em seu estudo sobre uma disputa por terras indígenas na Amazônia venezuelana. Entretanto, enquanto na Venezuela os ambientalistas são rotulados de subversivos associados às práticas de terrorismo e guerrilha, no Brasil a ênfase recai sobre o romantismo de uma classe média intelectualizada e situada num contexto distante da realidade da Amazônia, e assim, não autorizada a discuti-la. Posições ambientalistas locais, originárias da própria região amazônica, não são consideradas. Por outro lado, os ambientalistas podem também ser associados a uma lista de comportamentos ilegais e anti-sociais, tais como o tráfico de drogas e de minerais. No documento do simpósio, temas ambientais e indígenas são classificados como *problemas* da Amazônia associados a, e tendo o mesmo estatuto que, guerrilha, narcotráfico, e garimpo ilegal - problemas a serem eliminados com uma estratégia

---

<sup>17</sup> Para uma discussão sobre a relação biodiversidade e biotecnologia ver Santos (1994), e também Shiva (1993), Wilson (1992), WRI (1993).

<sup>18</sup> Além da comparação de José Lutzenberger com o líder comunista, há também referências a ele como 'estrangeiro', em virtude de sua descendência alemã, sua origem sulina e experiência internacional.

<sup>19</sup> Esta imagem é construída, primeiramente, tendo em vista o tamanho do País, suas diferenças culturais e, sobretudo, desigualdades econômicas regionais. Assim, o 'sul' rico é associado à imagem dos países ricos do hemisfério norte, e portanto, ambientalistas dos estados do sul são considerados como estrangeiros tanto como seus parceiros transnacionais. Em segundo lugar, esses discursos políticos promovem uma separação entre questões econômicas e ambientais, em que os temas ambientais são reduzidos à esfera cultural - como dimensão reificada e superestrutural - portanto entendidas como secundárias, em oposição a esfera econômica e principal. Ademais, há ainda uma atribuição simbólica de imaturidade associada aos temas ambientais, o que é realçado pela cor verde como símbolo de novo, ao mesmo tempo jovem e imaturo (Zhouri 1992, 1996).

geopolítica para a região.<sup>20</sup> Esta série de associações são identificadas por Hill, no caso venezuelano, como um processo de 'acomodação semântica' através do qual o uso radical de metáforas, ou analogias, abre a categoria semântica de 'subversão terrorista' a uma lista infinitamente extensa de 'inimigos'. Visto de um outro ângulo, poderíamos dizer, com Ernesto Laclau (1994), que o discurso dos militares e políticos da Amazônia cria uma 'corrente de equivalência' entre os significantes que são esvaziados de seus significados particulares. Assim, comunistas, ambientalistas, terroristas e traficantes são equiparados e subsumidos numa mesma e única categoria de 'inimigos' e 'subversivos' - as 'forças adversas' atuais.<sup>21</sup>

Hill identifica esta estratégia como uma tendência militar mais ampla, no sentido de uma política para a América Latina como um todo. Ele revela como a teoria conspiratória aparece no documento do *17º Congresso das Armas das Américas (17<sup>th</sup> Congress of the Armies of the Americas - CAA)*, ocorrido na Argentina, em novembro de 1987. Sua análise desvenda o processo de estereotipificação dos povos indígenas e seus aliados como 'organizações subversivas' com laços a um movimento comunista internacional, esvaziando, assim, conteúdos históricos e sociais complexos a uma oposição bipolar entre 'segurança nacional' e 'subversão terrorista'. Nisto, um discurso histórico alternativo sobre pluralismo cultural dentro do Estado-nação é suprimido pela imposição de um discurso militar sobre soberania *versus* subversão (Hill 1994:22-25).

No caso brasileiro, a mesma visão sobre as questões relativas às terras indígenas pode ser identificada no documento publicado pela CEBRES-ECEME:

O Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos considera a necessidade de impedir quaisquer isolamentos de agrupamentos indígenas ou, pelo menos, conservar em ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL aqueles ainda não contactados...

Posiciona-se, também, contra a delimitação de Reservas em linhas contínuas, evitando-se alcançar os lindes (sic) fronteiriços com países vizinhos. É uma séria questão de segurança, eliminando-se, com essas simples providência (sic), possíveis tentativas de discussão sobre a soberania brasileira naqueles territórios.

Finalmente, o CEBRES se opõe à preservação radical da cultura aborígine e a formação de quistos em áreas desproporcionais ao número de *silvícolas* (sic).<sup>22</sup>

A denominação de grupos indígenas como *silvícolas*, que deveriam ser colocados em '*áreas de proteção ambiental*', produz um efeito de naturalização dos índios, silenciando quaisquer

<sup>20</sup>CEBRES e ECEME (1991:203).

<sup>21</sup> À 'Operação Podeidon- ONGs', revelada em 2001, associam-se investigações sobre garimpo, crime organizado (Operação Jabón), dentre outras (*Folha de São Paulo*, 16/08/2001)

<sup>22</sup>CEBRES e ECEME (1991:204). A palavra *silvícola* tem origem latina. Ela implica aqueles que vivem ou pertencem à floresta. Ao ser usada pelos militares, produz uma naturalização dos índios embora evitando o uso ofensivo do termo selvagem.

referências a seu estatuto social, político e cultural. A palavra 'quistos' remete, por analogia biológica, às células cancerígenas que contaminam a vida do organismo, devendo, pois ser extirpadas. Assim, a referência a áreas '*não proporcionalmente relativas ao número de silvícolas*' indica ameaça e alude claramente à demarcação das terras Yanomamis àquela época. Como indicam as preocupações de Mestrinho:

Ela (a região amazônica) tem 500 milhões de hectares. É uma área tão grande...Só um pequeno pedaço do estado do Amazonas é maior que Portugal: 9,4 milhões de hectares. E é precisamente uma área equivalente as dimensões de Portugal que eles querem transformar em uma reserva indígena para três mil e pouco índios (sic)...*Mas o mundo todo levantou e demandou a preservação e demarcação da reserva, não para a tribo, mas para a nação Yanomami.* Precisamente porque eles estão ocupando aquela área, a área mais rica da região do Alto Rio Negro onde...existem depósitos naturais primários de ouro da Amazônia...

Então, é preciso dar aos Yanomâmi 9 milhões e 400 mil hectares de terra, ou seja, 250.000 hectares a mais do que Portugal, onde vivem 11 milhões de portugueses vivem, afora os brasileiros que foram para lá. E quantos são os Yanomâmi? Eles pertencem a 4 grupos que falam inclusive línguas diferentes e que não se dão entre si...

Então, esses Yanomami, segundo levantamentos feitos pelo próprio Exército, são 3.460 (sic), se não me falha a memória. *Do lado brasileiro. Porque também existem esses índios no lado venezuelano, em maior número do que os do lado de cá. Mas o mundo todo se levanta defendendo isso.* Eles inventaram que o índio precisa andar. Área de perambulações....

...Eu conheço um número considerável de tribos no Amazonas, de sentar com os índios, conversar com eles....e eu pergunto: vocês gostam de andar na floresta? Eu me lembro que ao último que eu perguntei isso, lá não chamam de governador, chamam de professor, ele me disse: olhe, professor, quem gosta de mato é veado. (risos na platéia).

É de burocratas a invenção da área de perambulações. *Com isso, querem dar aos Yanomami uma reserva continuada de 9 milhões e 400 mil hectares.(9.400.000 ha). Entretanto não se pode dar um palmo de terra a um agricultor, porque o agricultor vai danificar a floresta. Este é o aspecto.*

*...o que há é toda uma estrutura de esvaziamento da Amazônia. Criar condições difíceis para o homem viver no interior da AMAZÔNIA, um sistema quase que expulsório (sic) do homem do interior, para criar vazios demográficos.* Então, o homem não pode tirar madeira, não pode caçar, não pode pescar, não pode fazer mineração, porque tudo isso danifica o meio ambiente.

Ao mesmo tempo, são feitas reservas das mais variadas espécies. O Amazonas está, hoje, com 48% da sua superfície ocupada com reservas....uma verdadeira balcanização do Estado. <sup>23</sup>

Há vários aspectos relevantes a serem considerados a partir da fala acima. Primeiramente, é um discurso ainda construído sobre a dicotomia do *nós* e do *eles* - brancos

---

<sup>23</sup> CEBRES e ECEME (1991:78, 81-82).

ocidentais 'subdesenvolvidos' e nações 'desenvolvidas'. Um discurso por onde *elas*, as nações ocidentais, brancas e 'desenvolvidas', são colocadas na posição de povos gananciosos que usam os Yanomamis como meio de alcançar seus objetivos. Os Yanomamis são vistos, portanto, como objetos, *ocupando* uma área rica em ouro. Em outras palavras, os índios não são percebidos como sujeitos que têm direitos originários às suas terras. Num processo de inversão social e histórica, eles são transformados em invasores, ou empecilhos aos interesses econômicos ocidentais. Em segundo lugar, de uma perspectiva geopolítica, os tamanhos dos territórios são relacionados ao contingente numérico populacional. Neste sentido, a organização social dos Yanomami, como povo com história, cultura e uma relação específica com o meio ambiente é negada. A comparação entre o tamanho da reserva Yanomami e um estado europeu, Portugal, estabelece o parâmetro referencial para o que seja considerado comum a *nós* e a *eles* - Estados-nação brancos ocidentais - e para o que não deveria ser aceitável: que uma *tribo*, não uma nação, que não apresenta a característica uniforme de uma nação - língua única ou um relacionamento comum e 'pacífico' uns com os outros (significados associados à idéia de civilização) *sejam dados* um território do tamanho de um Estado-nação. Como o próprio Mestrinho afirma, a área que corresponde ao território Yanomami é um pequeno pedaço de terra em relação à área total da Amazônia. Entretanto, ela somente é percebida como 'muito grande' quando comparada à Portugal, um estado europeu.

O fato de os Yanomami encontrarem-se distribuídos entre o Brasil e a Venezuela é outro fator complicador nesta visão. Estando na fronteira, não são nem brasileiros, nem venezuelanos. Vivem, literal e socialmente, às margens da sociedade, assumindo o mesmo estatuto ambíguo do estranho.

O estranho é, de acordo com Zygmunt Bauman (1990), nem amigo, nem inimigo. Pertence ao reino do incerto, do indeterminado e do não familiar, escapando, pois, ao conforto da clareza cognitiva. O estranho é uma constante ameaça para a ordem do mundo.<sup>24</sup> Como um terceiro elemento, não se encaixa dentro da lógica bipolar de amigos *versus* inimigos. Assim, os Yanomami são transformados em uma ameaça à soberania brasileira não apenas porque na visão dos militares eles podem se tornar um Estado-nação independente, mas porque eles podem ser tanto venezuelanos como brasileiros. Ao escaparem da fixação étnica ao território nacional, escapam ao controle do Estado, assim abrindo um espaço vulnerável na fronteira

---

<sup>24</sup>Neste sentido, uma referência similar poderia ser feita a análise de Douglas (1966) sobre as categorias de pureza e perigo, ordem e desordem. Os índios não se encaixam na ordenação étnica promovida pelo Estado a partir da uniformização desejada pela nação.

com a Venezuela. Além disso, também expõem a 'vulnerabilidade' do Brasil em relação a outros Estado-nação através das alianças com ambientalistas e outros atores transnacionais.

Finalmente, outra estratégia discursiva observada na fala de Mestrinho é a promoção da oposição entre segmentos sociais que compartilham um mesmo estatuto social na equivalência enquanto grupos não-hegemônicos: os povos indígenas e os 'homens do interior'. Seus argumentos promovem a idéia de que as preocupações ambientais com a floresta amazônica e o apelo para demarcação das terras indígenas são, na verdade, incompatíveis com o 'desenvolvimento' da região e contribuem para o empobrecimento da população local. Mestrinho contrapõe os 'silvícolas' - o outro incivilizado que não é nem venezuelano e nem brasileiro - ao 'homem rural', os 'legítimos brasileiros' a quem as elites locais e políticos reivindicam proteger. Neste processo, a ocupação de uma vasta quantidade de terra na Amazônia, com incentivos governamentais, por latifúndios e corporações nacionais e transnacionais não é questão contemplada.<sup>25</sup>

A política de fixação de índios em áreas de proteção ambiental os naturaliza, ao mesmo tempo em que promove conflitos entre indígenas e conservacionistas. Dentre os vários exemplos, vale destacar, para uma mesma região, os conflitos existentes na área Macuxi, em Roraima. Ao sobrepor UC e TI, Parque Nacional do Monte Roraima e Território Indígena Raposa-Serra do Sol, deixa-se o caminho livre para a expansão da fronteira agrícola e o projeto de inserção da Amazônia no mercado mundial, através do programa Avança Brasil, ao mesmo tempo em que o conflito se desenvolve entre segmentos equivalentes e diversos, como as históricas invasões de garimpeiros com anuência e incentivos governamentais à formação de municípios em áreas indígenas.

Dessas inúmeras conseqüências resultantes das perspectivas discursivas analisadas acima, a próxima seção resgatará os conflitos entre garimpeiros e índios nas terras Yanomami, ocorrido no mesmo período, culminando no apelo militar de controle das fronteiras da Amazônia com os demais países.

### **Desdobramentos: O Massacre dos Yanomami e o Projeto Sivam-Sipam**

---

<sup>25</sup> Em números do período: 14% do total da área da Amazônia Legal estava licenciada para pesquisa e exploração mineral, 33% das quais localizadas em áreas indígenas. Do total dessas licenças, 56% beneficiava o setor privado nacional, 34% pertencia a grupos multinacionais, tais como Anglo American/Bozzano Simonsen e o Brascan British Petroleum, e 9,5% beneficiava empresas estatais. Essas licenças correspondem a situação de reserva do subsolo para futuras explorações (Becker, B. 1990). De acordo com dados do Instituto Socio-Ambiental, mineradoras conquistaram licenças para exploração em 60.46% do subsolo Yanomami, e em 49.07% da reserva Waimiri-Atroari (Gonçalves 1998).

Os direitos indígenas são regulados pelo artigo 231 da Constituição Federal de 1988. O *caput* do artigo afirma: "*São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*". Este é o resultado de uma longa luta dos grupos indígenas organizados e das organizações de apoio que atuam no Brasil e no exterior.

A população Yanomami é estimada em dez mil, distribuída entre os estados de Roraima e Amazonas. Contudo, há ainda quinze mil vivendo no lado venezuelano da fronteira. O ouro encontrado em Roraima, em 1987, desencadeou uma corrida de milhares de garimpeiros para o território indígena. O 'contato' com os garimpeiros resultou num completo desastre para os Yanomami, trazendo-lhes mortes por doenças e assassinatos. Tal situação reforçou a motivação para uma ampla campanha nacional e internacional visando a demarcação de suas terras. Logo os Yanomami se tornaram um símbolo, não somente da luta pelos direitos indígenas, mas dos impasses e dramas da fronteira.<sup>26</sup>

Na tentativa de melhorar a imagem brasileira e amenizar as críticas internacionais durante a Rio-92, o então presidente, Fernando Collor, assinou uma lei que reconhecia os 9,4 milhões de hectares de território contínuo Yanomami, poucos meses do início da conferência. Collor substituiu, assim, o decreto anterior, de autoria do presidente Sarney, que criava dezenove áreas descontínuas, como 'ilhas' de reservas, uma proposta mais aceita pelos militares, mas contrária às reivindicações e direitos dos índios.

Temerosos pela fragilidade da fronteira, com conseqüente perda dos recursos minerais da região, militares e políticos regionais nunca aceitaram a nova demarcação. Desde a promulgação da Constituição, em 1988, várias tentativas revisionistas, a maioria oriunda de parlamentares da região amazônica, objetivam obstruir as novas demarcações de terras indígenas, assim como reverter as demarcações já realizadas e homologadas.<sup>27</sup> É neste contexto que se pode entender os discursos dos militares e dos políticos da Amazônia analisados na seção anterior. Algumas de suas conseqüências podem ser lidas à luz dos

---

<sup>26</sup> À época do simpósio organizado pelos militares, em 1991, haviam 717 pedidos para exploração dos recursos minerais na área Yanomami aguardando autorização do congresso, como determinado pela Constituição. Ver Ricardo (1996: 224). Para uma discussão envolvendo diferentes perspectivas sobre o conceito de fronteira e a Amazônia como fronteira, ver Souza Martins (1995), Foreaker (1981), Velho (1972), Ianni (1979), Hemming (1987), Branford and Glock (1985) e Ribeiro (1977).

<sup>27</sup> Ver Ramos (1996). Uma das mais recentes tentativas, gerada no próprio governo federal, veio através do decreto 1775, de julho de 1996, através do Ministério da Justiça. Este decreto pretendia instituir o direito do contraditório, inclusive para as terras já demarcadas.

continuados conflitos violentos na Amazônia - como o massacre dos Yanomami por garimpeiros em 1993, e a subsequente aprovação do Sivam.

A violência no território Yanomami resulta das políticas públicas regionais e nacionais orientadas pelas racionalidades expressas nos discursos analisados, e reforçadas por políticas globais, incluindo aí até mesmo as políticas de cunho conservacionistas. Como consequência no local, identifica-se um conflito interétnico crônico causado pela atividade minerária predatória. A dinâmica local é explicada por Albert (1996), sendo aqui sumarizada como segue:

Ao instalar-se num novo sítio dentro da área Yanomami, os garimpeiros vêm primeiro em pequenos grupos. Sendo poucos, sentem-se vulneráveis perante a população indígena. Temendo uma reação negativa dos índios, tentam comprar sua anuência com farta distribuição de bens e comida. Por sua vez, os índios têm pouca ou nenhuma experiência com brancos e tomam essa atitude como uma demonstração de generosidade que se espera de qualquer grupo que quer estabelecer laços de aliança intercomunitárias. Enquanto se desenrola esse mal-entendido cultural, os índios ainda não sentem o impacto sanitário e ecológico das atividades do garimpo.

Num segundo momento, o número de garimpeiros aumenta substancialmente e já não é preciso manter aquela generosidade inicial. Os índios passam de ameaça a estorvo com suas insistentes demandas pelos bens que se acostumaram a receber. Os garimpeiros irritam-se e tentam afastá-los dos garimpos com falsas promessas de presentes futuros e com atitudes impacientes ou agressivas.

A essa altura, os índios já começam a sentir uma rápida deterioração de sua saúde e meios de subsistência. Os rios ficam poluídos, a caça foge e muita gente morre em constantes epidemias de malária, gripe, etc...Desse modo, os índios passam a ver os bens e a comida que vem dos garimpeiros como uma compensação vital e inquestionável pela destruição causada. Negada tal compensação, cria-se no seu entender uma situação de hostilidade explícita.

Surge assim um impasse: os índios se tornam dependentes dos garimpeiros no exato momento em que estes se dispensam de comprar a boa vontade dos índios. Essa contradição esta na raiz de todos os conflitos envolvendo índios e garimpeiros na Área Yanomami...Como a disparidade de forças ente índios e garimpeiros é enorme, a balança da violência pende sempre contra os Yanomami. (1996:203)

Em julho de 1993, os conflitos entre garimpeiros e Yanomamis acabou num horrendo massacre com dezesseis vítimas Yanomami - a maioria mulheres e crianças - da aldeia Haximu, na fronteira do Brasil com a Venezuela. O episódio veio a público após um mês de ocorrido e, por várias semanas, diferentes versões rapidamente emergiram através dos depoimentos dos atores sociais implicados no caso. Cabe destacar que não interessa, para a

presente análise, averiguar a falsidade ou veracidade dos depoimentos, mas, numa perspectiva etnográfica, mapear as diferentes racionalidades em questão.<sup>28</sup>

A condição remota da região aliada a peculiaridade da cultura Yanomami - o costume de cremar os corpos dos mortos cujas cinzas são guardadas para uso em rituais funerários durante meses - contribuíram para o surgimento de dúvidas iniciais: sobre a precisa localidade do massacre, o número de mortos e até mesmo sobre a veracidade do ocorrido. Receoso de um escândalo internacional, o governo brasileiro reagiu prontamente enviando o ministro da justiça, Maurício Corrêa, para o local do massacre - somente alcançado por meio de helicóptero. No local, o ministro encontrou as malocas Haximu completamente destruídas por um incêndio, um corpo e balas de revólver como sinais do massacre relatado pelos sobreviventes no posto mais próximo da FUNAI. Estimava-se uma população de oitenta pessoas para aquele agrupamento.

A ansiedade do governo federal em apresentar explicações e soluções imediatas para o problema também contribuiu para a variedade de versões apresentadas. No curto período de três dias, os números de mortos anunciados na imprensa variaram de zero a dezesseis, quarenta a setenta e três. Uma versão de genocídio foi imediatamente adotada pelas autoridades federais, algo confirmado pelas investigações posteriores.

Contudo, nas primeiras matérias publicadas, as mútuas acusações mútuas envolvendo funcionários da FUNAI, garimpeiros, militares e o governador de Roraima, descortinam um clima dramático, em que um misto de despreparo, incredulidade e cinismo, sublinhavam as diferentes posições em disputa. Para o então presidente da FUNAI, Claudio Romero, o massacre era uma reação de garimpeiros à *Operação Selva Livre* - uma operação conjunta da Polícia Federal e da FUNAI para retirar os garimpeiros da reserva Yanomami. Para José Altino Machado, líder dos garimpeiros, contudo, o massacre era apenas o resultado de uma '*briga entre tribos*'. Versão também adotada inicialmente pelos militares operando na região.<sup>29</sup>

Entretanto, na medida em que os indícios contra os garimpeiros iam sendo confirmados, outra versão imediatamente emergiu - que o massacre era uma retaliação contra o assassinato de três garimpeiros pelos Yanomami que trabalhavam como guias para a Guarda Nacional Venezuelana.<sup>30</sup> Neste contexto, após inicialmente aceitar o envolvimento de garimpeiros no episódio, o governador de Roraima, Otomar Pinto, lança a versão de que os

---

<sup>28</sup> No entanto, para uma interpretação antropológica do ocorrido, tomamos o relato de Bruce Albert (1996), que trabalhava com os Yanomami quando o massacre ocorreu, atuando como intérprete para os Yanomami durante seus depoimentos à FUNAI.

<sup>29</sup> *Folha de São Paulo*, 19/08/93.

<sup>30</sup> *Folha de São Paulo*, 20/08/93.

conflitos com os índios eram criados por '*interesses externos nas reservas minerárias*', assim como pela igreja progressiva.<sup>31</sup>

Contudo, apesar do reconhecimento da existência dos conflitos com os índios - e já os conectando à tese de '*interesses internacionais*' - logo as declarações iniciais deram lugar à uma estratégia de negação do massacre. Tal estratégia foi adotada tanto pelos governadores de Roraima e do Amazonas, como pelos militares. Sob o argumento de que '*como os corpos das vítimas não tinham sido encontrados não havia evidência de um massacre*', o governador de Roraima passou a declarar que o massacre era uma '*invenção*' - uma '*farsa*' criada pelos grupos de interesses na demarcação das terras indígenas.

Negava-se, assim, a realidade da dor expressa nos dramáticos depoimentos dos sobreviventes, as evidências encontradas, além das considerações sobre a cultura Yanomami, por meio do deslocamento para as especulações sobre uma '*conspiração internacional*'. Para o brigadeiro Ivan Moacyr da Frota - candidato a presidente àquela época -, o massacre dos índios não poderia ter ocorrido. Defendia a tese de que os '*países poderosos tinham dado dinheiro para os índios*' declararem a ocorrência do massacre. Assim, '*o massacre*', entre aspas, serviria como uma '*forte propaganda internacional*'.<sup>32</sup>

Nesse ínterim, a ênfase no debate sobre a '*internacionalização da Amazônia*' passa a ganhar novos elementos com a suspeita de que, de fato, o massacre tinha ocorrido no lado venezuelano da fronteira, ao mesmo tempo em que anúncios sobre manobras das Forças Armadas americanas na Guiana colaboravam para alimentar a discussão. Indagado sobre a crença na tese da '*internacionalização da Amazônia*', o então Ministro do Exército, Zenildo Lucena, declara:

É uma preocupação nossa. A riqueza da Amazônia nos leva a essas preocupações. Há um grande interesse na área. É a maior reserva mineral do mundo, como a permanente presença de garimpeiros indica.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup>Em suas palavras: "Em quase dois séculos, fazendeiros e índios costumavam viver em harmonia e paz, fazendas e malocas em fraternidade. Depois que o Radam e os satélites dos EUA descobriram minerais em Roraima, e aliados a igreja progressiva atuando em Roraima, os conflitos apareceram" (*Folha de São Paulo*, 20/08/93). Nota-se a mesma perspectiva apresentada no simpósio organizado pela CEBRES e ECEME. Em resposta à acusação contra a igreja, o bispo de Roraima, D. Aldo Mogiano, afirmava que políticos locais encorajavam os garimpeiros a invadirem a reserva Yanomamis, dizendo que como brasileiros eles teriam livre acesso a uma área dentro do território brasileiro (*Folha de São Paulo*, 22/08/93).

<sup>32</sup>*Folha de São Paulo*, 24/08/93. Comparar esta visão com o depoimento do governador de Roraima, para quem fazendeiros e índios sempre viveram em 'harmonia e fraternidade'. [Através desta estratégia, era possível reafirmar o mito que sustenta a auto-imagem do Brasil como uma democracia racial, pacífica, cordial e feliz onde a violência e os conflitos - quando e se raramente ocorrem - são instigados por forças externas.](#) Para o mito da democracia racial ver, dentre outros, Buarque de Hollanda (1936), Da Matta (1981), Ortiz (1984). Para as ligações e ambiguidades entre as percepções de raça e relações raciais, e percepções de natureza e relações ambientais no Brasil ver Sussekind (1990) e Ventura (1991)

<sup>33</sup> *Folha de São Paulo*, 27/08/93.

Interessante notar que o ministro descarta, contudo, a associação direta entre a 'internacionalização' e o massacre dos Yanomamis. Em sua visão:

*Existem apenas 'interferências', como alguns movimentos na Inglaterra. Eles têm preocupações que eles não tiveram em seus próprios territórios - e talvez, por este motivo, eles as têm hoje sobre os territórios dos outros...A questão da 'nação Yanomami' é muito perigosa. Nação é a brasileira. Precisamos ser cautelosos. Há o caso da Bósnia para prová-lo. Quem sabe o que os Yanomami vão querer mais tarde, depois da aculturação, nas fronteiras com a Venezuela, e com os parentes do outro lado?*<sup>34</sup>

O fato é que a confirmação da ocorrência do massacre na Venezuela, e por autoria de garimpeiros brasileiros, deslançou uma nova onda de acusações envolvendo mais de perto os militares e os ministros das relações exteriores de ambos os países. O episódio deu novo ímpeto às campanhas militares para aumentos orçamentários e a implementação de uma nova fase do projeto Calha Norte - a ocupação das fronteiras ao norte.<sup>35</sup>

Com o argumento de que os americanos estavam instalando uma base militar na Guiana, as Forças Armadas demandaram do governo federal uma política de ocupação da Amazônia representada pelo Sivam - Sistema de Vigilância da Amazônia - com custos na ordem de 1,4 bilhões de dólares.<sup>36</sup> Num esforço para evitar que o Sivam fosse visto como uma iniciativa essencialmente militar, e para atrair financiamentos multilaterais para o projeto, os militares argumentavam a necessidade de aumentar a presença do Estado na Amazônia, com programas de colonização, geração de empregos, assistência social, construção de escolas, e prevenção ao tráfico, pelo incremento do trabalho da Polícia Federal na área. O projeto Sivam-Sipam foi então aprovado em 1995, sem licitação pública, entre escândalos de corrupção e tráfico de influência, envolvendo, por ironia, membros do governo americano e a empresa americana Raytheon, que venderia a tecnologia para implementação do projeto.<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup>*Folha de São Paulo*, 27/08/93. A alusão a 'interferência de movimentos na Inglaterra' é claramente relacionado a organizações de apoio as causas indígenas e, mais precisamente, as reações sobre o massacre, sobretudo as manifestações de grupos ambientalistas e de direitos humanos em Londres e nos EUA. Entre esses, Survival International, em Londres, juntamente com organizações brasileiras, tais como a CCPY - Comissão para Criação do Parque Yanomami.

<sup>35</sup>Sobre o projeto Calha Norte consultar Pacheco de Oliveira (1991, 1990, 1989), Myamoto (1990), Treece (1993).

<sup>36</sup>O Sistema de Vigilância da Amazônia foi projetado para examinar os 5,2 milhões de Km<sup>2</sup> da região, usando e satélites, 18 aviões, 25 radares, estação meteorológica e mais de 200 plataformas de coletas de dados em rios.

<sup>37</sup>Para uma perspectiva sobre o projeto Sivam-Sipam, ver Brigagão (1995). As investigações sobre o escândalo do Sivam culminaram na instalação de uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - em 1996, encerrada em maio de 2002, sem qualquer conclusão (ver *Folha de São Paulo*, 28/05/2002). Documentos oficiais americanos de 1994, divulgados recentemente, revelam que os EUA consideraram o Sivam uma vitória geopolítica. Os documentos falam do Sivam como forma de 'fomentar os interesses do governo dos EUA' e 'maximizar a influência' no Brasil (*Folha de São Paulo*, 24/07/2002).

O projeto foi recebido com preocupação por grupos indígenas e organizações de apoio, tais como a COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - e o CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Seus argumentos apontavam para a ausência de benefícios para as comunidades indígenas, tal como prometido pelo projeto Calha-Norte. Neste sentido, é interessante reproduzir os argumentos de David Yanomami à época do massacre de Haximu e da aprovação do Sivam:

Os militares nunca falaram comigo. Eu fiquei sabendo do Calha-Norte pela imprensa. Eu tenho medo da abertura de estradas nas fronteiras do Brasil com a Venezuela. Este é um caminho muito perigoso. Este é o caminho das doenças, da matança do meu povo. É o caminho da morte pela chegada de garimpeiros e fazendeiros. Eu estou muito preocupado com este projeto. Nós, Yanomamis, não estamos preparados para lidar com as doenças. Eu concordo com o trabalho dos militares de guardar as fronteiras do Brasil. Mas eles precisam fazer isso sem destruição, sem abertura de estradas. Eles devem proteger as fronteiras, o meio ambiente...mas, se eles querem ajudar, eles deveriam abrir mais postos como os da FUNAI. Eles estão com medo de perder o Brasil. O Brasil não vai sair daqui não. O Brasil vai ficar sempre aqui por muito tempo...<sup>38</sup>

Sobre as críticas ao tamanho do território Yanomami e a legitimidade da luta pela demarcação, argumenta:

Esta terra nós chamamos de Oma. A terra não morre, mas nós morremos. A terra permanece. O planeta sempre permanece, mas nós temos que saber como cuidar dele porque nós estamos vivendo encima da terra. Nós estamos coletando seus frutos, nós comemos, bebemos, temos nossa saúde. Nós temos que cuidar dele para não termos problemas. Eu quero compartilhar isso com as pessoas, esta experiência minha, meu conhecimento. Ninguém pode cuidar melhor dessa terra do que nós, que temos aprendido isso com nossos ancestrais e temos ocupado esta terra de ponta a ponta desde muito tempo.

Ao falar sobre os conflitos com os garimpeiros, David expõe as contradições e implicações do modo de 'desenvolvimento' defendido pelos militares e as elites da Amazônia:

Os garimpeiros não têm trabalho. Por isso eles vêm aqui. Os garimpeiros não têm terra. Por isso eles vagam. Eles são pobres. Eles não têm nada. Seus filhos e esposas ficam doentes. O governo não lhes dá terra e emprego. Se houvessem empregos nas cidades eles ficavam lá. Como eles não têm nada, eles querem entrar na reserva. Eles são incitados por outros atrás deles. Eles atacam os Yanomami e têm os patrões deles para defendê-los nas cidades....A culpa é dos homens que moram em mansões na cidade. Eles não gastam energia ou sujam suas mãos. Os garimpeiros são pagos para matar os índios e criar problemas. É por isso que eles são perigosos. Os garimpeiros estão sempre rindo. Os Yanomamis estão chorando. Mais tarde os garimpeiros vão pagar por nossos mortos. Seus filhos vão sofrer. Suas famílias vão sofrer comendo

---

<sup>38</sup> *Folha de São Paulo*, 30/08/93.

lixo nas ruas das grandes cidades. Isso já está acontecendo com as crianças por causa dos erros dos pais e erros dos governos e dos políticos.<sup>39</sup>

## **Conclusão**

As inquietações militares pela realização da Rio-92, inseridas num contexto atemporal dos temores por uma 'conspiração internacional para ocupar a Amazônia', promovem desvios e deslocamentos através dos quais se descontextualizam posições históricas e as possibilidades de reflexão sobre modelos alternativos de desenvolvimento, pluralidade cultural e direitos. O mesmo esvaziamento histórico é compreendido pelas operações de espionagem atuais que rotulam indiscriminadamente movimentos sociais, indígenas e ambientalistas, associados ao tráfico de drogas, o garimpo e o crime organizado como 'forças adversas'.

Através da lógica do isomorfismo entre espaço geográfico, território, lugar e nação, os militares alegavam que a demarcação das terras Yanomamis poderia levar ao seu reconhecimento como 'nações' independentes pela ONU, ameaçando, assim, a soberania brasileira. Este argumento, junto às denúncias sobre as manobras americanas na fronteira com a Guiana, foram entendidas como parte de um plano para invadir a floresta Amazônica, e acabaram por reforçar as demandas militares por recursos financeiros para implantação do Sivam.

Os argumentos militares e o espaço político que efetivamente ocuparam podem ser equivocadamente entendidos como posições anacrônicas se considerarmos a história política recente do País, e o atual contexto internacional. Um olhar mais cauteloso revela uma situação mais complexa.

No contexto brasileiro, é possível dizer que as posições militares sobre a Amazônia - os argumentos em defesa das fronteiras, ou mesmo a favor de uma ocupação militar - estão relacionados à reivindicação de um papel político para a corporação, desde a transição para o regime democrático nos anos 80. Além do contexto doméstico, é importante considerar as transformações em nível mundial, que, com o fim da Guerra Fria, têm levado os militares, como guardiões do Estado-nação, à redefinição do status político na nova ordem mundial.

Questões geopolíticas, o domínio dos recursos naturais e dos espaços, assim como a associação a símbolos, conceitos e imagens que representam segurança, estabilidade e controle, resultam como aspectos importantes na atual fase da acumulação flexível do capital.

---

<sup>39</sup>Folha de São Paulo, 30/08/93.

O aparente anacronismo dos militares revela-se através do tratamento dispensado à questão da Amazônia com parâmetros que não mais se encaixam à perspectiva exclusiva dos Estados-nação no contexto da globalização.<sup>40</sup> Nesta ótica, a defesa nacional entende os movimentos ambientalistas transnacionais como um de seus principais 'inimigos'. Aos olhos de grupos nacionalistas, que possuem uma concepção específica de modernidade, desenvolvimento e progresso, as perspectivas ambientalistas são como uma 'máscara', ela própria entendida como um anacronismo de românticos e ingênuos contra o 'desenvolvimento'. Tal máscara estaria a serviço dos interesses econômicos de outras nações. Neste discurso, os reais interesses econômicos nacionais e internacionais na Amazônia não são nomeados, e, portanto, não questionados. As acusações nacionalistas, ao selecionarem como alvo primordial, ONGs, movimentos sociais e indígenas, deslocam o foco da discussão sobre *direitos* para a discussão sobre *interesses*, enquanto investimentos transnacionais na região são, de fato, incentivados. Desenvolvimento assume, então, um significado único, linear e evolucionista.

Os militares, como defensores do Estado-nação e da nação- o primeiro como uma expressão política da segunda - temem toda alteridade que não se encaixa na perspectiva homogenizadora e padronizadora da 'comunidade imaginada' representada pela nação.<sup>41</sup> Os 'estranhos', como uma categoria ambígua, são definidos como amigos ou inimigos através da política nacionalista de assimilação ou eliminação. Por outro lado, considerando a distribuição geográfica do capitalismo, há que se considerar ainda que o Estado em regiões periféricas assumem uma posição ambígua ao ter que defender os interesses das elites locais e, ao mesmo tempo, manter o relacionamento no interior das redes de poder financeiras transnacionais - como os sistemas de crédito relativos ao Banco Mundial e ao FMI, por exemplo. Assim, os conflitos na Amazônia, para além das particularidades locais, regionais e nacionais, devem ser entendidos à luz da transnacionalidade do capital e do mercado. Países em posição periférica na economia global encontram-se imersos em contradições desse sistema e são representativos de suas perversas conseqüências. Mas eles devem ser entendidos, sobretudo, à luz das crescentes disjunções entre Estado e nação, algo que coloca em questão a pretensa naturalidade da legitimidade da soberania do Estado pelo controle da territorialidade. De acordo com Appadurai (1997), *'o território pode ser encarado como um problema crucial na crise contemporânea do Estado-nação ou, mais precisamente, na crise da relação entre Estado e nação...os Estados-nações existentes apóiam-se em alguma idéia implícita de coerência étnica como base da soberania estatal, tendem certamente a transformar em*

---

<sup>40</sup> Para as diferenças entre internacionalismo e globalismo consultar Robertson (1991).

<sup>41</sup> Sobre a criação dos estados-nação ver análises em Anderson (1983), Hobsbawn and Rogers (1983).

*minoria, degradar, penalizar, assassinar ou expulsar aqueles que são vistos como minoria étnica'.*

A hostilidade à ambientalistas, povos indígenas e seus aliados impossibilita a consciência sobre o quadro econômico e político mais amplo, além das considerações sobre segurança ambiental e pluralidade cultural. Reafirma a continuada insistência num modelo de desenvolvimento que é predatório, e que privilegia a riqueza de uma elite às expensas de minorias étnicas, direitos humanos, e a maioria da população que, ao longo dos inúmeros planos de 'desenvolvimento' para a Amazônia, permanecem tão pobres como sempre.

### **Bibliografia**

ALBERT, B. (1996) 'O Massacre dos Yanomami de Haximu', in C. A. Ricardo (ed.) *Povos Indígenas do Brasil 1991-1995*, São Paulo: Instituto Sócio-Ambiental, p.203.

ANDERSON, B. (1991) *Imagined Communities. Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, Revised Ed, London: Verso.

APPADURAI, A. (1997) 'Soberania sem Territorialidade' in *Novos Estudos CEBRAP*, no. 49, novembro, 33-46.

BAUMANN, Z. (1990) 'Modernity and Ambivalence', in M. Featherstone *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*, London and New Delhi: Sage Publications

BECKER B. (1990) *Amazônia*, São Paulo: Ática.

BOURDIEU, P. (1993b [1977] ) *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge: Cambridge University Press.

BOURDIEU (1996) P. 'Understanding', in *Theory, Culture and Society*, 13(2):17-37

BRANFORD, S. & GLOCK, O. (1985), *The Last Frontier. Fighting over Land in the Amazon*, London: Zed books.

BRIGAGÃO, C. (1995) *Amazônia: Segurança Ecológica - Dossiê Sivam*, Rio de Janeiro: Fapesp/Fesp/ Cesna.

BUARQUE DE HOLANDA S. (1936) *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio.

CEBRES & ECEME (1991) *A Amazônia Brasileira*. Cadernos de Estudos Estratégicos. Simpósio CEBRES-ECEME, no.1, outubro.

COUTO E SILVA G. (1967) *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio.

DA MATTA R. (1981) *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

DOUGLAS M. (1966) *Purity and Danger. An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*, London: Routledge & Kegan Paul

- ESTEVA (G. (1992) 'Development', in W. Sachs (ed.) *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power*, London: Zed Book.
- EVANS P. (1979) *Dependent Development: The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil*, Princeton: Princeton University Press.
- FOREAKER J.(1981) *The Struggle for Land*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GONÇAVELS M. A. (1998) 'Calha Norte no Estilo FHC', in *Parabólicas* 39(5):10-11.
- GUPTA, A. & FERGUSON, J.(1992) 'Beyond Culture: Space, Identity and the Politics of Difference', *Cultural Anthropology*, 7(1), February.
- HECHT, S. & COCKBURN, A (1990) *The Fate of The Forest: Developers, Destroyers and Defenders of The Amazon*, New York: Harper Perennial, 1990.
- HEMMING, J. (1987) *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HILL, J. (1994) 'Alienated Targets: Military Discourse and the Disempowerment of Indigenous Amazonian Peoples in Venezuela', in *Identities: global studies in culture and power*, 1(1).
- HOBBSAWN, E. & RANGER, T. (1983) *The Invention of Tradition*, Cambridge: Cambridge University Press.
- IANNI, ° (1979) *A Luta Pela Terra*, Petrópolis: Vozes.
- LACLAU, E. (1994) 'Why do Empty Signifiers Matter to Politics?', in Weeks, J. (ed.) *The Lesser Evil and The Greater Good: The Theory and Politics of Social Diversity*. London: River Oram Press.
- MAINGUENEAU, O.(1989) *Novas tendências em Análise de Discurso*. Campinas: Pontes.
- MAYBURY-LEWIS, D. (1994) 'Becoming Indian in Lowland South America', in G. Urban and J. Sherzer (eds.) *Nation-States and Indians in Latin America*, Austin: University of Texas Press.
- MEIRA MATTOS, G. (1980) *Uma Geopolítica da Amazônia*, Rio de Janeiro, José Olimpio Ed.
- MESTRINHO, G. (1994) *Amazônia. Terra Verde, Sonho da Humanidade*, São Paulo: Editora Três.
- MYAMOTO S. (1990) 'Amazônia, militares e fronteiras', in J. P. de Oliveira *Projeto Calha Norte: militares, Índios e Fronteiras. Antropologia e Indigenismo*, n.1, novembro.
- ORLANDI, E. (1983) *A linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense.
- ORLANDI, E. (1990) *Terra à Vista. Discurso do Confronto:Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez.

- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (1989) 'Diplomacia e Militarismo: O Projeto Calha-Norte e a Ocupação do Espaço Amazônico' in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(1).
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (1990) 'Projeto Calha-Norte: Militares, Índios e Fronteiras', in *Antropologia e Indigenismo*, n.1, novembro.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (1991) 'A Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo - Formas e Linhagens do Projeto Calha Norte', in J. Hebette (ed.) *O Cerco Esta se Fechando. O impacto do grande capital na Amazônia, Petrópolis: Vozes.*
- PACHECO DE OLIVEIRA, J & Souza Lima, A.C. (1991) 'O massacre de São Leopoldo: mais uma investida contra os Ticuna, in C.A. Ricardo (ed.) *Povos Indígenas do Brasil 1987/88/89/90*, São Paulo, Cedi.
- ORTIZ, R. (1984) *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense
- PEARCE D. (1995) 'Sustainable Development: The Political and Institutional Challenge', in J. Kirby, P. O'Keele and L. Timberlake (eds.) *The Earthscan Reader in Sustainable Development*, London: Earthscan, p.287-89.
- RAMOS A. C.B. (1996) 'O Congresso Nacional e os Direitos Indígenas', in C. A. Ricardo (ed.) *Povos Indígenas do Brasil 1991-1995*, São Paulo, ISA, p.6-8. REIS (1968)
- REIS, A. C. (1968) *A Amazônia e a cobiça Internacional*, Rio de Janeiro: Record.
- RIBEIRO, D. (1977) *Os Índios e a Civilização. A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*, Petrópolis: Vozes, 2a.edição.
- RICARDO, C. A. (1996) 'Quem Fala em Nome dos Índios? (II)', in C. A. Ricardo (ed.) *Povos Indígenas do Brasil, 1991-1995*, São Paulo: Instituto Sócio-Ambiental, p.90-91.
- ROBERTSON, R. (1991) 'Mapping the Global Condition: Globalization as the Central Concept', in M. Featherstone (ed.) *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*, London: Sage.
- SANDS P. (1995) 'Enforcing Environmental Security', in J.Kirkby, P. O'Keefe, and L. Timberlake (eds.) *The Earthscan Reader in Sustainable Development*, London: Earthscan.
- SANTOS , L. G (1994) 'A encruzilhada da política ambiental brasileira' in M. A. D'Incao and I. M. Silveira (eds.) *A Amazônia e a Crise da Modernização*, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- SANTOS, R. (1980) *História Econômica da Amazônia:1800-1920*, São Paulo: T.A. Queiróz.
- SCHUMINK & WOOD (eds.) (1984) *Frontier Expansion in Amazônia*, Gainesville: University of Florida Press.

SKIDMORE, T. (1967) *Politics in Brazil 1930-1964: An Experiment in Democracy*, Oxford: Oxford University Press.

SKIDMORE, T. (1988) *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985*, New York: Oxford University Press.

SHIVA, V. (1993) *Monocultures of Mind. Perspectives on Biodiversity and Biotechnology*, London: Zed Books.

SMITH N.J.H. (1982) *Rainforest Corridors: The Transamazon Colonization Scheme*, Berkeley: University of California Press

SOUZA LIMA, A.C. (1994) 'On Indigenism and Nationality in Brazil', in G. Urban and J. Sherzer (eds.) *Nation-States and Indians in Latin America*, Austin: University of Texas Press.

SOUZA MARTINS, J. (1984) *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*, Petrópolis: Vozes.

SOUZA MARTINS, J. de (1988) *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Petrópolis: Vozes.

SOUZA MARTINS, J. (1995) 'The Time of the Frontier: a return of the controversy Concerning the historical periods of the expansion frontier and the pioneer frontier', paper presented at the conference *The Frontier in Question*, Department of History, University of Essex, 21-23 April.

SUSSEKIND F. (1990) *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, São Paulo: Companhia das Letras.

TREECE D. (1993) 'The Militarization and Industrialization of Amazonia; The Calha Norte and Grande Carajas Programs' in S. Place (ed.) *Tropical Rainforests. Latin American Nature and Society in Transition*, Wilmington: Scholarly Resources.

VAVROUSEK J. (1995) 'Institutions for Environmental Security', in J.Kirkby, P. O'Keefe, and L. Timberlake (eds.) *The Earthscan Reader in Sustainable Development*, London: Earthscan.

VELHO, O. (1972) *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*, Rio de Janeiro: Zahar.

VENTURA R. (1991) *Estilo Tropical*, São Paulo: Companhia das Letras.

WERKSMAN, J. (1995) 'Greening Bretton Woods', in J.Kirkby, P. O'Keefe, and L. Timberlake (eds.) *The Earthscan Reader in Sustainable Development*, London: Earthscan.

WILSON, E. (1992) *The diversity of Life*, New York: W.Norton & Co.

WRI (1993) *Biodiversity Prospecting*, Oxford: Oxford University Press.

ZAVERUCHA, J. (2001) *Militares e Participação Política no Brasil do Final e Início do Século XXI*. Fórum A Sociedade e o Mercosul. II FOMERCO, Recife, 7-9 de novembro.

ZILKER & MARTINS FILHO, J.R. (1996) 'The Brazilian Military and the New World Order', in *Journal of Political and Military Sociology*, 24: 31-55.

ZHOURI, A (1992) *Discursos Verdes: As Práticas da Ecologia*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas.

ZHOURI, A (1996) 'Amadurecendo o Verde: a construção de redes ambientais globais' in A. Arantes (ed.) *Cidadania*, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24.

ZHOURI, A (1998) *Trees and People. An Anthropolgy of British campaigners in the Brazilian Amazon*. PhD thesis. Department of Sociology, Essex University.

ZHOURI, A . (2001) 'Árvores e Gente no Ativismo Transnacional. As dimensões social e ambiental na perspectiva dos *campaigners* britânicos pela floresta amazônica' in *Revista de Antropologia*, USP, 44(1).